

Thula Rafaela de Oliveira Pires

**Luta Por Reconhecimento no Brasil:
uma afirmação da autenticidade ou da
perspectiva normativa da dignidade?**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEPARTAMENTO DE DIREITO
Programa de Pós-Graduação em Teoria do Estado e
Direito Constitucional

Rio de Janeiro
Maio de 2004



Thula Rafaela de Oliveira Pires

**Luta por Reconhecimento no Brasil: uma afirmação da
autenticidade ou da perspectiva normativa da dignidade?**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre pelo
Programa de Pós-Graduação em Teoria do
Estado e Direito Constitucional do Departamento
de Direito da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Maia

Rio de Janeiro
Maio de 2004



Thula Rafaela de Oliveira Pires

**Luta por Reconhecimento no Brasil: uma afirmação da
autenticidade ou da perspectiva normativa da dignidade?**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Teoria do Estado e Direito Constitucional do Departamento de Direito da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Dr. Antônio Maia

Orientador

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. Dr. Jessé José Freire de Souza

Centro de Ciências Humanas - UENF

Profa. Dr. Luiz Bernardo Araújo

Departamento de Filosofia – UERJ

Prof. João Pontes Nogueira

Vice-Decano de Pós-Graduação do
Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2004

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e dos orientadores.

Thula Rafaela de Oliveira Pires

Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC- Rio). Especialista em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC- Rio). Professora de Direito Constitucional da Fundação Educacional Serra dos Órgãos (FESO- Teresópolis).

Ficha catalográfica

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira

Luta por Reconhecimento no Brasil: uma afirmação da autenticidade ou da perspectiva normativa da dignidade? Thula Rafaela de Oliveira Pires; orientador: Antônio Maia; coorientador: Jessé Souza – Rio de Janeiro: PUC; Departamento de Direito, 2004.

p.126

1. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito.

Inclui referências bibliográficas.

1.Direito – Dissertação. 2. Luta por reconhecimento. 3. Identidade. 4. Charles Taylor. 5. Jürgen Habermas. 6. Axel Honneth. I. Pires, Thula Rafaela de Oliveira Pires. II. Maia, Antônio Carlos Cavalcanti. III. Souza, Jessé. IV. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. V. Título.

CDD: 004

Este trabalho é dedicado às minhas avós
Luiza e Maritza e aos meus pais.

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, Otoniro e Joselêa e ao meu irmão Otoniro Jr que com tanto amor permitiram uma bem-sucedida conformação de minha autoconfiança. A certeza amadurecida de que minhas carências vão encontrar permanente satisfação por parte de vocês é fundamental na minha vida.

Às minhas avós, Luiza e Maritza pelo privilégio de poder conviver com tanta experiência e sabedoria. Às minhas madrinhas Araci, Andréa e Luciana e ao meu padrinho Coraci, por não pouparem esforços e estarem sempre presentes. Aos meus afilhados e sobrinho por encherem o meu cotidiano de pureza, verdade e alegria.

Aos meus orientadores Antônio Maia e Jessé Souza pelo aprendizado ininterrupto, pela aposta, confiança e principalmente pela amizade.

À querida Rachel Nigro, pelo acesso livre que me conferiu à sua biblioteca e pelas discussões sempre frutíferas e bem-humoradas que travamos durante esses dois anos.

Aos amigos Francisco Guimarães e Sabrina Naritomi pela constante interlocução e irrestrito apoio. À Belle, Lílian, Mila e Olívia pelo carinho e amizade. À Virgínia, Malu, Ana e Julieta, por terem me permitido, num momento crucial, conviver diariamente na “Casa das Sete Mulheres” com o respeito às diferenças e pelas infindáveis trocas que estão certamente refletidas neste trabalho. Devo um agradecimento especial à Malu pela capacidade de anular-se em função do outro, o seu apoio foi fundamental.

À Déborah, Denise, Karina, Larinha, Cacau, Talula, Alexandre Fadel, Dalmir, Gisele, Cláudia, Verinha e Marcelo por terem aturado as minhas inquietações, angústias e incertezas, sem que eu precisasse sequer explicar do que estava falando.

Aos demais professores do mestrado, pela excelência das reflexões propostas, pelo exemplo e pelo clima de cordialidade e respeito com que conduziram o curso. Aos funcionários do departamento de Direito da PUC-Rio, sobretudo ao Marcos, por estarem sempre dispostos a resolver os problemas da melhor maneira possível e com um largo sorriso no rosto.

Aos meus colegas de curso, pelas trocas e pelo convívio na turma mais “família” da história da PUC-Rio, foi um prazer conhecê-los e uma honra participar de fases tão importantes na vida de vocês.

Ao CNPq, pela bolsa concedida.

Resumo

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira; MAIA, Antonio Cavalcanti. **Luta por Reconhecimento no Brasil: uma afirmação da autenticidade ou da perspectiva normativa da dignidade?**. Rio de Janeiro, 2004. 126p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O objetivo deste trabalho é trazer as principais contribuições teóricas acerca do debate sobre reconhecimento. Vivemos uma época em que o eixo da política e do poder desloca-se cada vez mais das lutas de distribuição para as lutas por reconhecimento simbólico. As sociedades democráticas contemporâneas são marcadas pela tensão entre a força homogeneizadora de uma cultura mundial e o acirramento das lutas em defesa de identidades particulares. A falta de reconhecimento ou o falso reconhecimento resultam em uma formação distorcida da própria identidade, assim, o reconhecimento não pressupõe cortesia, mas algo que deve ser garantido aos outros por consistir uma necessidade humana vital. A partir das reflexões propostas por Charles Taylor, Jürgen Habermas e Axel Honneth, pretendemos aproximar a temática, geralmente empreendida no campo da filosofia política, do Direito Constitucional e da realidade brasileira.

Palavras-chave

Reconhecimento; Identidade; Charles Taylor; Jürgen Haermas; Axel Honneth.

Abstract

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira; MAIA, Antonio Cavalcanti. **Struggle for Recognition in Brazil: an Affirmation or of the normative perspective of the dignity?**. Rio de Janeiro, 2004. 126p. MSc. Dissertation – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The goal of this work is to put together the most important theoretical contributions concerning the recognition debate. We live in an era where the political and power axis shifted increasingly from the distribution of the symbolic recognition struggles. Contemporaneous democratic societies are marked by tension between the hegemonic global culture power and the aggravation of the particular identities struggles. The lack or false recognition results in a distorted formation of the self identity, and therefore, the recognition does not foresee courtesy, but something that should be guaranteed to others to consolidate a vital human need. Starting from the reflections proposed by Charles Taylor, Jürgen Habermas and Axel Honneth, we intend to approach the theme, usually covered in the political philosophy, of the Constitutional Law and the Brazilian reality.

Keywords

Recognition; Identity; Charles Taylor; Jürgen Habermas; Axel Honneth

Sumário

1 Introdução	10
2 Taylor e a categoria do Reconhecimento	15
2.1 Contextualização	16
2.2 Configurações Morais	27
2.2.1 O princípio da interioridade	27
2.2.2 O princípio da afirmação da vida cotidiana	34
2.3 A categoria do reconhecimento	36
3 A apreensão “Neo-Frankfurtiana” da luta por reconhecimento	48
3.1 Habermas e o Patriotismo Constitucional	49
3.2 Axel Honneth e o viés da luta de classes	64
4 O reflexo das lutas por reconhecimento no Direito Constitucional	93
4.1 A dignidade enquanto valor	97
4.2 A dignidade enquanto norma: o princípio da dignidade da pessoa humana	102
4.2.1 A concepção normativa dos princípios	102
4.2.2 Princípios e Valores	108
4.3 O princípio da dignidade da pessoa humana na Constituição de 1988	112
5 Conclusão	119
6 Referências Bibliográficas	125